

# Ciacs

**Divaldo Suruagy**

É fundamental e prioritário no planejamento de qualquer obra social a definição de seu programa, de maneira clara e transparente. Os investimentos necessários ao serviço, a análise criteriosa da clientela a ser beneficiada, o envolvimento com as comunidades, e condições de garantia de seu funcionamento e continuidade.

Vejamos o caso dos Cieps no Rio de Janeiro, base dos Ciacs. Faltou um projeto educacional, que incluísse a qualificação dos professores, o planejamento, a definição clara dos objetivos e atividades e a escolha correta de localização. Faltou a projeção dos altos custos de manutenção dos Cieps, gerando prejuízos para a rede regular, majoritária no município e no estado.

Em 1988 os Cieps representaram 5,1 por cento do universo da rede escolar do município do Rio de Janeiro e quatro por cento dos alunos do 1º grau.

Os Cieps atenderam 24 mil alunos em regime de turno único, enquanto que 26 por cento da rede escolar — 155 mil alunos — mantinham-se em regime de três turnos, isto é, três horas e meia de aulas diárias. Os outros 576 mil, em regime de dois turnos de quatro horas e meia. Das 944 escolas convencionais, 300 achavam-se em estado precaríssimo, necessitando de reformas urgentes.

O custo dos alunos nos Cieps é bem mais alto que o das escolas convencionais. Em 1988, nos Cieps, um aluno custava 4,5 OTNs, enquanto que nas escolas convencionais, 1,5 OTN.

Apesar de muito investimento para poucos, nenhum estudo prova a eficácia dos Cieps.

Sete anos após o lançamento do projeto dos 500 Cieps temos hoje 121 construídos no estado do Rio de Janeiro e 72 no município. Destes 193 Cieps, apenas 29 cumprem jornada integral e somente seis respeitam o programa idealizado para o projeto.

É nesse projeto educacional que se inspira o Governo Federal! Se o Rio de Janeiro não consegue manter seus Cieps e atender sua rede regular de ensino, o que ocorrerá em outros estados e municípios do Brasil?

Do programa dos Ciacs conhecemos pouco. Só o número de prédios (cinco mil), o investimento a ele destinado (3,8 bilhões de dólares) e algumas de suas pretensões (turno único, amparo de cem mil menores abandonados e atendimento em creches de três milhões de crianças).

O Governo Federal não cumpriu o preceito constitucional de destinar 50 por cento para a educação fundamental e erradicação do analfabetismo dos 18 por cento das receitas tributárias. Dos recursos destinados à escola, apenas 52 por cento chegam realmente a ela. É preciso, pois, que se cumpra a Constituição e gerencie-se melhor o dinheiro público destinado à educação.

Não se pode pensar na “modernização” do País, palavra tão usada atualmente, sem a universalização competente da educação básica. Ou revertermos o grave quadro dos 70 por cento de analfabetos funcionais, investindo com seriedade na educação nacional, ou ficaremos ainda mais marginalizados e colonizados.

É grave nossa crise civilizatória. Agudizam-se os problemas sociais. O

otimismo desaparece do povo brasileiro, dando lugar ao ceticismo e à lei do salve-se quem puder. Crise de valores éticos e morais, onde nem Igreja e escola são preservadas pelos cidadãos brasileiros. Caminhamos, mantidas as atuais tendências, para a posição de Quarto Mundo.

Gasta-se mal no Brasil. Invertem-se prioridades e consome-se a maior parte dos recursos nas atividades meio.

As grandes potências do Primeiro Mundo, graças a um modelo correto e justo de desenvolvimento, dão à educação o destaque necessário.

No Brasil, o crescente analfabetismo é resultante não só de um modelo econômico injusto, que acentua as desigualdades e a discriminação da maioria do povo brasileiro, como, também, de falta de vontade política de governantes que não priorizam a educação.

Após um ano e meio de governo Collor, que projeto educacional foi implantado no País?

Parece que a opção feita foi a de cinco mil Ciacs, espalhados pelo território nacional.

Espanto ver um investimento de tão alto porte não vir acompanhado do seu projeto educacional. Como se dará o funcionamento? A formação do corpo de professores? E a manutenção? A carga dos municípios? E a rede regular, que é majoritária, aumentará sua carga horária, terá melhores equipamentos e materiais? E o salário do professor? E a formação da carreira e magistério?

■ Divaldo Suruagy, ex-governador de Alagoas, é senador pelo PMDB